2.ª Secção

Aviso de indeferimento de pedido de patente

Faz-se público que, por despacho de 22 de Março findo, foi indeferido por se achar incurso na doutrina do artigo 9.º, da carta de lei de 21 de Março de 1896, o pedido de patente de invenção, apresentado por Heitor de Almeida & C.ª, para: «Uma nova substância pastosa destinada à pintura, e denominada *Ondalina*», cujo aviso, sob o n.º 8:523, foi publicado no *Diário do Governo* n.º 296, de 18 de Dezembro de 1912.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 16 de Abril de 1913.—O Director Geral, *M. Correia de Melo*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

1.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Em 11 do corrente mês:

Francisco da Rocha Homem Júnior—nomeado para o lugar de encarregado da estação telégrafo-postal de 4.ª classe em Ponta Delgada, Funchal, com o vencimento anual de 200,500 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 15 de Abril de 1913).

Por despachos de 12:

Efigénia Balbina Gaudêncio, encarregada da estação telefóno-postal de Assumar—exonerada, a seu pedido, do referido lugar.

Alberto Carlos Martins Meira—nomeado para o lugar de encarregado da estação telefóno-postal de Assumar, com o vencimento anual de 60,500 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 15 de Abril de 1913).

Por despacho de 14:

Germano dos Santos Régo—nomeado para o lugar de encarregado da estação telégrafo-postal de 4.ª classe em Vila da Rua, distrito de Viseu, com o vencimento anual de 200,500 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 15 de Abril de 1913).

Por despachos de 15:

Olívio do Carmo Assunção, segundo aspirante da estação telegráfica central de Lisboa—transferido, por conveniência do serviço, para a 1.ª Divisão da 2.ª Direcção desta Administração Geral.

Por despacho de 15:

Abel Bivar Verol, encarregado da estação telégrafo-postal de Samora Correia—exonerado, a seu pedido, do referido lugar.

Por despacho de 17:

César Augusto da Silva, bofetineiro de 2.ª classe de Lisboa, que se achava na situação da inactividade—mandado regressar à actividade do serviço.

João de Oliveira Finza, segundo aspirante da estação de Loiria—transferido, por conveniência do serviço, para o lugar de coadjuvante do chefe dos serviços dos correios e telégrafos daquele distrito.

2.ª Divisão

Por despacho de 16 do corrente:

José Baptista—nomeado distribuidor supranumerário do concelho de Mourão.

Por despacho de 17:

Jaime Lopes Carapeto—nomeado distribuidor supranumerário do concelho de Loulé.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 17 de Abril de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

4.ª Direcção

1.ª Divisão

Para conhecimento das repartições, tribunais, autoridades e do público se declara que na data abaixo mencionada, se efectuou o seguinte despacho:

Portarias de 15 do corrente:

Determinando que seja criada uma estação telefóno-postal em Aldeia da Mata, concelho do Crato, distrito de Portalegre.

Determinando que seja aberta ao serviço público a estação telégrafo-postal em Vila Rua, concelho de Moimenta da Beira, distrito de Viseu, sendo considerada de 4.ª classe, com horário de serviço limitado.

Determinando que seja aberta ao serviço público a estação telefóno-postal em Brinches, concelho de Serpa, distrito de Beja.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 16 de Abril de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

Para conhecimento das repartições, tribunais, autoridades e do público, se declara que abriu ao serviço público, em 13 do corrente, a estação telefóno-postal em Lagares da Beira, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 15 de Abril de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

6.ª Direcção

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver Alexandre Rodrigues dos Reis requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecida filha Angélica dos Reis, que era encarregada da estação telégrafo-postal do Barreiro, Lisboa. (Processo n.º 61).

Qualquer pessoa, que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele, requeira pela 6.ª Direcção, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 12 de Abril de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver Delmira da Cunha Rodrigues, por si e por um filho menor, requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido e pai, Amadeu Rodrigues, que era servente das encomendas postais em Lisboa. (Processo n.º 62).

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte dele, requeira pela 6.ª Direcção, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 12 de Abril de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848 e decreto com força de lei de 5 de Dezembro de 1910, haver Maria Joaquina requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido, António Joaquim Moraes, que era distribuidor rural jornalceiro em Macedo de Cavaleiros, Bragança. Processo n.º 64.

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele, requeira pela 6.ª Direcção, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 12 de Abril de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

Junta de Crédito Agrícola

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de responsabilidade solidária e ilimitada, com sede em Aljustrel em 31 de Março de 1913

ACTIVO	
Associados—Sua dívida por cotas	11,400
Caixa	92,420
Empréstimos aos sócios por:	
Piança	3,581,500
Hipoteca	1,115,410
Despesas gerais	4,696,910
	5,010
	4,805,740
PASSIVO	
Fundo social:	
Cotas e jóias cobradas	67,500
Cotas e jóias em dívida	11,400
	78,900
Empréstimos à Caixa:	
Junta de Crédito Agrícola	4,696,910
Lucros e perdas	29,830
	4,805,740

Os Directores, *Manuel Joaquim Brando* = *António Francisco Lança*.

Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta de Crédito Agrícola, em 11 de Abril de 1913.—O Secretário, *Júlio Torres*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

2.ª Repartição

Tendo Augusto de Vera Cruz requerido, em nome da sociedade por cotas Vera Cruz & C.ª, Limitada, com sede na Ilha do Sal, provincia de Cabo Verde, que lhe seja permitido pagar a contribuição de registo por título oneroso que se julgar devida pela transmissão dos bens imobiliários com que os diversos sócios entraram para a sociedade;

Considerando que essa contribuição, nos termos da lei, devia ser paga antes da celebração do contrato da mesma sociedade e que o não foi, como alega o requerente, porque ao tempo se entendeu não ser ela devida, e só se apurou que o era quando há pouco a respectiva escritura foi apresentada na Conservatória da comarca para o efeito do registo;

Considerando que, em conformidade com o regulamento de 28 de Junho de 1898, as penas por falta de pagamento de contribuição de registo, são a nulidade do contrato que se houver celebrado e a multa em dobro da contribuição devida e não paga;

Considerando, porém, que, segundo os artigos 119.º e 121.º do citado regulamento, tanto a acção de nulidade do contrato como a multa estão hoje prescritas, visto haver-se já completado o período de cinco anos sobre a celebração do mesmo contrato, embora subsistindo a obrigação do pagamento da contribuição, nos termos do artigo 118.º daquele diploma;

Considerando que, nos termos do § 6.º do artigo 1.º da lei de 14 de Maio de 1902, vigente na metrópole, quando a contribuição de registo não tenha sido liquidada nos prazos legais, é permitido revalidarem-se as transmissões feitas da propriedade, pagando-se a contribuição de registo, conforme for devida;

Considerando finalmente que é necessário promover o desenvolvimento da indústria nas colónias, proporcionando aos interessados todas as facilidades para esse efeito;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, visto o disposto no citado artigo 118.º e por analogia com o preceituado no § 6.º do artigo 1.º da lei de 14 de Maio de 1902, que na Repartição de Fazenda competente seja liquidada, nos termos do § único do artigo 121.º do mesmo regulamento, a contribuição de registo por título oneroso da transmissão de que se trata, tomando-se por base da liquidação o valor actual das propriedades, objecto da mesma transmissão.

Paços do Governo da República, em 17 de Abril de 1913.—O Ministro das Colónias, *Artur R. de Almeida Ribeiro*.

CONGRESSO

CAMARA DOS DEPUTADOS

Projecto de lei

Artigo 1.º É considerado de festa nacional e feriado geral, em todo o território da República Portuguesa, o dia 20 de Abril, para comemorar o aniversário da data em que foi promulgado o decreto que separou, em Portugal, as igrejas do Estado.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Lisboa, 17 de Abril de 1913.—Os Deputados, *Alfredo Maria Ladeira* = *Pedro Januário do Vale Sá Pereira*.

Proposta de lei

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças a favor dos Ministérios indicados no mapa junto, que faz parte da presente lei, um crédito especial da importância de escudos 777.944,566, destinado: 1.º a reforçar com escudos 552.733,500 diferentes verbas do orçamento em vigor do corrente ano económico de 1912-1913, sendo 294.000 escudos para serviços autónomos, e escudos 258.733,500 para outros serviços, compreendida nesta importância a de escudos 601,598 de despesa extraordinária; 2.º a legalizar diversas despesas do ano económico de 1911-1912, referentes aos serviços autónomos dos caminhos de ferro do Estado e do porto de Lisboa, na importância de escudos 80.689,379; 3.º a pagar diferentes débitos do mesmo ano económico, no total de escudos 107.870,383, sendo de despesa ordinária escudos 59.528,311, e de despesa extraordinária escudos 48.342,072; e 4.º a satisfazer a soma de escudos 36.611,304, de despesas anteriores ao ano económico de 1911-1912, da qual pertence à despesa ordinária a importância de escudos 3.053,880 e à extraordinária a de escudos 33.597,424.

§ único. É anulada a importância de 60.000 escudos, no crédito de 100.000 escudos, autorizado na tabela de distribuição de despesa de 1907-1908 do antigo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, para construção dum edificio para o Instituto Industrial e Commercial de Lisboa.

Art. 2.º Na escrituração do crédito de que trata o artigo antecedente observar-se-há o seguinte:

1.º Que a parte referente a despesas do corrente ano económico de 1912-1913, seja distribuída e adicionada à dos respectivos artigos nos termos dos demais créditos especiais, devendo uma importância pelo menos igual à destinada aos serviços autónomos, que no orçamento das receitas públicas se descrevem sob o título de — Explorações por conta do Estado — ser também adicionada, nas mesmas condições, às verbas de receita autorizadas para esses serviços.

2.º Que a parte relativa a despesas do ano económico de 1911-1912, seja levada à conta do referido ano, reforçando as competentes verbas, artigos e capítulos do respectivo orçamento, e rectificando, em conformidade, os saldos em 1 de Julho último, relativos ao citado ano de 1911-1912, procedendo-se, pelo que respeita aos serviços autónomos, por forma análoga à preceituada no número anterior.

3.º Que a importância do crédito referente a despesas de anos económicos anteriores ao de 1911-1912, seja escriturada na corrente gerência de 1912-1913, discriminadamente em relação a cada ano económico e artigos das respectivas tabelas sob a seguinte rubrica: Despesas de anos económicos e exercícios findos, autorizadas pela lei de . . . (data da presente lei).

Art. 3.º É permitida ao Governo a abertura de créditos especiais, nos termos da lei de 9 de Setembro de 1908 e demais leis aplicáveis:

a) Para o serviço das despesas resultantes de cotas ou emolumentos que consistam na aplicação aos rendimentos públicos de percentagens previamente fixadas em termos legais;

b) Para o serviço das despesas com impressos fornecidos pela Imprensa Nacional;

c) Para o serviço das despesas com policia preventiva.

Art. 4.º Os créditos especiais a que se referem os artigos antecedentes e 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908 ficam sujeitos ao regime da lei de 15 de Março de 1913, artigos 2.º e 3.º, excepção feita para os casos